

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento de que o processo de mudança de instalações do CNANS, do MARL para Xabregas, está longe de decorrer nas melhores condições, havendo Património Náutico e Subaquático em risco e condições de trabalho indignas.

Desde há longo tempo se sabia serem as instalações no MARL provisórias e, além disso, que a cessação de contrato de arrendamento obrigaria a diligências rápidas, eficazes e responsáveis para evitar danos patrimoniais e assegurar condições de trabalho.

Só que não é isto que está a acontecer. Pelo contrário, os prazos de permanência no MARL esgotaram-se, mas continuam a existir trabalhadores e património à guarda do CNANS nas instalações.

Para agravar a situação, a empresa contratada para adaptação do espaço às novas funções já iniciou as obras, transformando o local num autêntico estaleiro, e terá mesmo instalado andaimes por cima dos tanques com peças arqueológicas para construir uma passagem. Foi feita uma abertura na parede para instalação de nova porta e os materiais que se encontrariam junto à frente de obra terão sido ignorados, estando neste momento completamente cobertos de pó. Deixou de existir qualquer tipo de controlo de entradas e saídas, circulando pelo espaço onde se encontra importante espólio pessoas que não são afetadas por DGPC. Todos os equipamentos, laboratórios, barcos que ainda permanecem no local estão em risco, fruto das presentes circunstâncias.

Tudo isto contradiz a resposta enviada pelo Ministério da Cultura à pergunta 4567/XIII, enviada pelo GP/PCP a 23 de junho e cuja resposta chegou a 20 de setembro, designadamente na parte em que é afirmado:

“A mudança de instalações terá em conta as especificidades do arquivo que a DGPC tem em depósito no MARL e assegurará a sua transferência de acordo com as práticas e procedimentos que são requeridos para a transferência de arquivos em situação semelhante e, será efetuada por equipa externa especializada tendo, permanentemente, o acompanhamento e supervisão da DGPC.”

O PCP sinalizou em tempo útil e em múltiplas ocasiões a necessidade de garantir as condições adequadas para a realização do processo de transferência do CNANS, antes ainda da apresentação do Projeto de Resolução 675/XIII - Recomenda o reforço de meios de

funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática e da sua aprovação por unanimidade no Plenário da Assembleia da República realizado a 19 de maio deste ano. Assim, nos termos constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicitamos a V.^a Ex.^a que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, a resposta às seguintes questões:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Como justifica o Governo as manifestas contradições entre a resposta à pergunta 4567/XIII e os factos ora expostos?
3. Que medidas com carácter de urgência vai o Governo tomar para impedir a ocorrência de danos no património e material/equipamento em risco no MARL, bem como para assegurar condições dignas e seguras aos trabalhadores do CNANS?
4. O Governo confirma que parte dos arquivos e publicações foram transferidas para um outro armazém localizado no MARL? Em caso afirmativo, quem realizou a transferência deste material? Estão garantidas as condições necessárias à sua conservação?
5. Se o projeto de adaptação dos armazéns de Xabregas tem um prazo de execução de 6 meses, o que vai acontecer ao Património, material e equipamento até essa data? Onde ficarão alocados? E quanto aos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2017

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)